

Assembleia-geral da Electra suspensa

Medo do Banco Mundial pede mais tempo



O défice tarifário continua a opor os principais accionistas da Electra. Por isso, mal iniciou os seus trabalhos, a assembleia-geral da empresa produtora de água e electricidade foi suspensa até o dia 9 de Junho, altura em que todos esperam ver solucionado, de vez, o conflito que opõe o Estado de Cabo Verde à AdP/EDP.

Ainda na terça-feira de acordo com as fontes deste jornal, decorriam negociações entre os proprietários da Electra para tentar aproximar os valores do défice tarifário, uma discrepância de dados que continua a opor as duas partes, ou seja, o Estado de Cabo Verde e o consórcio português AdP/EDP. Divergências quanto ao valor do referido factor revelaram-se grandes e a solução foi suspender a assembleia-geral desta terça-feira, 10, mal começou a reunião, e marcar uma outra para o dia 9 de Junho. O presidente da AG da Electra, Victor Fidalgo, garante, no entanto, que o défice tarifá-

rio não constitui em si uma questão para ser discutida na assembleia-geral. Só que, frisa, **“influencia directamente a apreciação e a aprovação das contas de gerência da Electra”**.

Recorde-se que, na última edição de Cifirão, este jornal chamava a atenção para a possibilidade de o défice tarifário condicionar a reunião dos accionistas desta semana. O presidente da Comissão Executiva da Electra, Rui Santos, lembrava então que ainda não existia acordo sobre esse ponto, que poderá levar a empresa a alterar suas contas, e que, por causa disso, já em 2003 não se realizara a AG da Electra.

Infelizmente, as expectativas de Rui Santos e dos restantes accionistas quanto a um entendimento não se concretizaram. Agora todos olham para a reunião do próximo dia 9, como uma saída para o impasse que tem vindo a afectar o

normal funcionamento da Electra. Este é, aliás, o sentimento de uma fonte ligada a este imbróglio segundo a qual o entendimento está a caminho, porque **“houve avanços significativos”** e **“os passos dados até aqui fazem olhar com mais optimismo a próxima Assembleia-geral da Electra”**.

Note-se que enquanto a parte portuguesa apresenta 1,6 milhão de contos como o montante do défice tarifário a ser encaixado pelo Estado, a parte cabo-verdiana contrapõe com 500 mil contos. E ambas as partes dizem basear-se em **“estudos idóneos”** para avançar com os seus montantes. É que se a Electra contratou uma empresa, a Deloyd, o governo conta com um estudo financiado pelo Banco Mundial.

O governo alega ainda que na realização do trabalho da Deloyd, e ao contrário do que

havia ficado combinado, essa empresa ignorou as autoridades nacionais, que não puderam fornecer os seus dados, ficando assim o estudo inquinado. **“Além disso”,** acrescenta a nossa fonte, **“a administração da Electra quer incluir no défice tarifário os custos de iluminação pública anteriores ao período da privatização, o que francamente não faz sentido”**.

Entretanto, na busca de um entendimento entre os accionistas da Electra, o mediador do Banco Mundial (solicitado, recorde-se, pela Cidade da Praia e que vem tentando aproximar as partes), conta aproveitar o tempo que medeia a assembleia-geral suspenso esta semana e outra marcada para 9 de Junho para cumprir a sua missão.

CP/JVL

COMBUSTÍVEIS

Descartado novo aumento

O último concurso internacional para a compra de mais um lote de combustíveis, realizado há pouco mais de um mês e por pressão da Enacol, resultou numa economia de mais de 700 mil dólares/ano para os cofres do Estado de Cabo Verde. Com isso, segundo o director-geral da Enacol, os preços mantiveram-se estáveis internamente, não obstante a tendência de alta que ocorre no mercado internacional. Já o presidente da Comissão Executiva da Shell indica que os preços praticados no país derivam de compensações que ocorrem e que dependem exclusivamente da variação dos lotes.

Segundo o director-geral da Enacol, o contrato com a empresa Stasco, que fornece combustíveis ao país, estendia-se por mais um ano. Mesmo assim, e tendo em conta os valores que vinham sendo praticados, esta petrolífera nacional resolveu pressionar a Agência Reguladora Económica (ARE) a lançar um novo concurso internacional para aquisição do último lote.

“A ARE lançou um concurso e essa mesma empresa venceu, só que baixou significativamente os preços. Evitámos então que, ao longo desse período, houvesse aumento de combustíveis em Cabo Verde, embora seja a ARE a única entidade com autoridade para mexer nos preços dos combustíveis”, indica Luís Soares, destacando ainda que Cabo Verde importa três ou quatro vezes por ano e, mesmo que o combustível esteja em alta na altura de compra, não é lícito que os valores internacionais se reflectam no mercado interno.

Sobre este particular, o presidente da Comissão Executiva da Shell lembra que Cabo Verde tem um sistema de ajustamento de preços que devia seguir o mercado internacional, sobretudo quando acontece uma importação. Mas ainda não se conseguiu colocar esse sistema a funcionar, apesar de existir a intenção de fazer repercutir o preço real dos combustíveis internamente. Entre as razões para ainda não se ter implementado tal sistema de ajustamento estão tanto bloqueios de foro administrativo quanto a dispersão geográfica do arquipé-

lago. **“A prudência aconselha analisar e bem as tendências do mercado e ver se, de facto, justifica mexer nos preços em função das variações internacionais, tendo em conta que implica mais custos internos. Temos de analisar a situação dentro do contexto nacional e ver o efeito autista do mercado”,** observa Emanuel St'Aubyn.

Neste caso, St'Aubyn recomenda alguma adaptação do esquema por forma a torná-lo mais efectivo, sem que para isso seja preciso mexer constantemente nos preços. Isso porque, prossegue este responsável da Shell, há uma tendência de alta no exterior e Cabo Verde ainda não conseguiu dar uma resposta adequada às grandes variações internacionais. **“É preciso estar atento porque o mercado dos combustíveis funciona, essencialmente, com base em especulações. A simples descoberta de um novo poço de petróleo, por exemplo, pode trazer mais confiança e, por consequência, derrubar os preços”,** exemplifica St'Aubyn, antes de chamar a atenção para a vulnerabilidade do mercado interno, o que exige, a seu ver, uma análise atenta dos lotes que entram no país, para a tomada de uma decisão certa.

O presidente da ARE defende, por seu turno, que subidas ligeiras no mercado externo podem ser neutralizadas no país, bastando para isso que as importadoras, Shell e Enacol, eliminem algumas cobranças mútuas. Em jeito de exemplo, Renato Lima fala em custos de armazenamento, engarrafamento, de entre outros.

Quanto a possíveis aumento, o responsável da agência reguladora está optimista: **“Penso que não vai haver aumento dos combustíveis, pelo menos por ora. Temos de ter uma média de preços ponderada porque as duas petrolíferas têm estruturas de preços diferentes, um problema que temos de atacar e neutralizar. O importante é que temos encontrado abertura por parte dessas empresas, que não estão interessadas em prejudicar a competitividade do país”,** assegura Lima.



Outra proposta que está a ser defendida em Cabo Verde - e que foi recentemente apresentada pela ADECO em São Vicente - é que sejam as petrolíferas a absorver as crises energéticas mundiais. Esta ideia, segundo Lima, mereceu um acolhimento favorável da ARE mas, para isso, esta instituição terá de reforçar o seu quadro de pessoal com um especialista nesta matéria por forma a evitar as dissimetrias nas informações.

Constância de Pina

EMPRESA CHINESA E CV TELECOM VENCEM O CONCURSO TV CABO

A chinesa Xiamen Xinnuloli e a Cabo Verde Telecom são as empresas vencedoras do concurso público realizado pelo Estado para a exploração da TV a cabo em todas as ilhas de Cabo Verde. A primeira firma qualificou-se como a melhor classificada, em virtude de ter apresentado um pacote tarifário mais baixo e com preço reduzido para as pessoas com menos poder de compra. Como resultado do referido concurso, o país poderá vir a beneficiar, a curto prazo, de um pacote básico de 33 canais televisivos e um investimento de cerca de 9 milhões de dólares.



CABO VERDE terá 33 canais e 9 milhões de dólares

A Xiamen Snnuloli e a Cabo Verde Telecom venceram o concurso para a exploração da TV por assinatura, vulgo TV a cabo em todas as ilhas do país. Concorreram duas outras firmas, uma nacional e outra estrangeira que a nossa fonte se recusou identificar. O Ministro das Infra-estruturas e Transportes, Manuel Inocêncio Sousa, deverá entregar, num acto que decorrerá no próximo 17 de Maio, dia Mundial das Telecomunicações, as respectivas licenças de exploração de TV às referidas sociedades seleccionadas.

A presidente do Conselho de Administração do Instituto das Telecomunicações, Margarida Sagna, anuncia que, a curto prazo, as duas empresas deverão, conforme o caderno de encargos já apresentado, investir cerca de 9 milhões de dólares na montagem do referido serviço de TV em todo o território nacional.

Esta responsável avança que, a partir da próxima semana, as empresas vencedoras do mencionado concurso deverão começar com os trabalhos no sentido de realizar tal objectivo. A nossa fonte assevera que o processo da instalação da televisão por cabo decorrerá por fases, devendo no primeiro ano cobrir sobretudo a ilha de Santiago. Logo depois serão contemplados os outros dois centros urbanos mais importantes: S.Vicente e Sal. Mas até 2007 prevê-se o alargamento desse tipo de serviço da TV para todas as ilhas de Cabo Verde.

A presidente do CA do Instituto das Telecomunicações explica as razões por que a Xiamen Xinnuoli, firma de origem chinesa ficou no pe-

lotão da frente. Além de apresentar uma tarifa mais baixa do que a Cabo Verde Telecom, estabeleceu um pacote de preço reduzido para os clientes com menos poder de compra. **“A empresa chinesa irá utilizar a tecnologia conhecida por TVD-T, em que o utilizador vai receber o sinal da televisão através de uma simples antena da TV”**, explica a mesma responsável.

Esta acrescenta que a Xiamen prevê realizar um investimento na ordem dos 4 milhões de dólares no período 2005/2009. Aquela sociedade vai oferecer um pacote básico de 20 canais de vários programas televisivos do mundo, nomeadamente dos EUA, França, Portugal e China. Até 2007 o programa vai cobrir 54% da população cabo-verdiana, o que representa mais de 30 mil ligações por cabo a serem feitas em casas de várias famílias em todo o arquipélago.

Mas a Cabo Verde Telecom, que concorreu e classificou-se em segundo lugar, perspectiva também prestar um bom serviço. Esta firma nacional vai utilizar, conforme a presidente do CA do IT, a tecnologia baseada no sistema ADSL, mais conhecida por Triple Play. **“Através de uma linha telefónica o cliente poderá, simultaneamente, receber as chamadas telefónicas, ter acesso à Internet e à TV Cabo”**.

A CV Telecom programa investir cerca de cinco milhões de dólares e a montagem, até 2012, de um total de 22 mil postos da TV Cabo a nível nacional, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 23% dos lares cabo-verdianos. A mesma sociedade está preparada para oferecer uma

média de 13 canais, mais um pacote de programas desportivos e filmes variados. A capacidade da Cabo Verde Telecom pode ser expansível para até 60 canais da TV Cabo.

Margarida Sagna salienta que as propostas técnicas apresentadas pelas duas empresas vencedoras do concurso são de boa qualidade e Cabo Verde vai beneficiar com o serviço que vão prestar. **“A partir de agora Cabo Verde passa a dispor de operadores capazes de oferecer, de forma legal e a preço competitivo, vários canais da TV Cabo. A medida do governo visa liberalizar e disciplinar o sector, baixar o custo deste tipo de serviço, até agora assegurado por empresas que laboram fora de Cabo Verde, e combater com isso o acesso por parte de alguns cidadãos, muitas vezes de forma ilegal, aos canais televisivos estrangeiros captados nas várias ilhas do país”**.

Concluiu que está o concurso, a presidente do CA do Instituto das Telecomunicações avança que Xiamen Xinnuoli e Cabo Verde Telecom deverão desenvolver diligências no sentido de obterem de imediato as suas respectivas licenças de exploração do serviço da TV Cabo em todo o país, devendo para tal cada uma delas pagar cerca de 5 mil contos. As duas firmas deverão ainda, segundo Margarida Sagna, apresentar uma caução, que servirá de garantia ao governo sobre os programas de investimentos que terão que realizar, durante um período determinado, no sector da televisão por cabo em todo o território cabo-verdiano. **Alirio Dias de Pina**

OLHARES

Nacional Porreirismo

Numa escola da capital dois professores vinham tendo práticas nada pedagógicas na relação com os seus alunos. Um suspeito de assédio sexual enquanto outro por sua relação perigosa com o álcool. Certamente, todos na escola conheciam a situação, que não é nova, mas ninguém denunciou.

Um funcionário do hospital da Praia passa por mim de bicicleta em sua ginástica matinal a vender saúde. A minha companheira de caminhada diz que no seu trabalho ele não faz nem 50 por cento do que deveria porque afirma que a saúde não lhe permite mais. Por entre-dentes muitos criticam, mas ninguém tem coragem de denunciar abertamente.

Um jornalista da praça, com mania de actor, não se cansa de declarar doença que a situação lhe convém ou quando pisa nas normas básicas da ética. A seu favor tem um médico, alguém diz que são parentes, a conceder-lhe quantos atestados quiser. No seu local de trabalho todos reclamam, mas ninguém age.

Exemplos como estes poderiam preencher totalmente este Olhares de hoje, mas eles são apenas um trampolim para eu chegar no tema de hoje: o nacional porreirismo que, como dizia um locutor dos meus tempos de criança, **“astravanca”** o progresso.

Aqui, o nacional-porreirismo está de tal maneira incutido na vida das pessoas que a norma hoje é ser conivente, como todo o tipo de situação, por mais grave que ela seja, mais atentatória contra o bem público ou contra a saúde física e mental e mesmo o desenvolvimento intelectual de um determinado grupo. E quem vai contra essa corrente é mau, não tem pena **“di coitado”**, é pé de galo.

Só para não dizerem que estou a exagerar, trago aqui um exemplo recente que me deram, de uma professora primária, que há uns anos atrás dava aulas em Praia Baixo. Ao que consta, e diante de reclamações, a inspecção foi enviada à escola. Por duas vezes não encontrou a professora. Na terceira tentativa, encontraram-na no caminho, em pleno horário de aula, a vir para uma consulta na Praia. Mas nada aconteceu à dita cuja porque **“a coitada”** estava grávida. Quanto aos 40 alunos...

No caso recente da escola da Praia, graças a coragem dos jovens a situação pode vir a ser resolvida. Isso se no caminho não se encontrar alguém que vai achar que os infractores, caso se vier a comprovar as denúncias, são coitados, que não quer estragar a sua carreira, que eles tem família, estão doentes, etc, e etc. Enfim, as desculpas básicas de quem se nega a despir a camisa do nacional-porreirismo. Nem que para isso, e multiplicadas atitudes do género aqui e ali, esteja a despir o todo nacional da hipótese de um futuro melhor.

Marilene Pereira

esclarecimento

Cabo Verde Clothing faltou à verdade

A Direcção-Geral do Tesouro vem através desta nota de imprensa dar esclarecimentos quanto à Reportagem feita no “Cifirão” do dia 29 de Abril de 2005 relativa à Cabo Verde Clothing Company.

“A Cabo Verde Clothing Company afirma que o Governo ainda não pagou as compensações, conforme decidiu o Tribunal Internacional de Arbitragem em Paris...”

Conforme decisão do Tribunal de Arbitragem, o Estado de Cabo Verde devia pagar à Cabo Verde Clothing Company, por compensação, o montante global de cerca de 2 milhões de USD. A Direcção Geral do Tesouro, até esta data, pagou a essa empresa o montante de 1.528 mil USD, equivalente a aproximadamente 145 mil contos cabo-verdianos (de acordo com o cambio do dia da operação de pagamento). Da última prestação em dívida ficou por pagar cerca de 297 mil USD, equivalente a mais ou menos (referimo-nos a mais ou menos, pois o valor depende da taxa de câmbio do dólar) 27 mil contos.

A Direcção dos Serviços de Pagamentos da Direcção Geral do Tesouro enviou a 30 de Julho uma correspondência de N/ Ref. 175-DSP/DGT/2004 endereçada ao Advogado da Empresa, dizendo que estava agendado o pagamento da última tranche mas que, tendo em conta a

dívida que a Cape Verde Clothing Company tinha para com o INPS (até Janeiro de 2005 esta dívida ascendia a 49,6 mil contos), propúnhamos que a última prestação fosse regularizada numa base de acerto de contas. Enquanto aguardava por uma posição de acordo à solução proposta, a Direcção-Geral do Tesouro fez ainda mais um pagamento à Empresa, estando efectivamente em dívida para com a CVCC o montante total de 27 mil contos. A adicionar à dívida dessa Empresa para com o INPS, há ainda uma dívida para com o fisco, no montante de 1,2 mil contos.

É posição da Direcção Geral do Tesouro que se deve encontrar uma solução global para essa questão, tendo em conta tanto os pagamentos já efectuados a favor da Cape Verde Clothing Company quanto as dívidas dessa empresa para com o INPS e o Fisco. Sublinha-se mais uma vez que o Estado é credor da CVCC e que a D. G. Tesouro continua aberta ao diálogo para resolução do diferendo entre as duas partes.

Praia, 4 de Maio de 2005
Direcção Geral do Tesouro

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO

MF EM OFENSIVA CONTRA FUGA AO FISCO

Mais de 3 milhões de contos de IUR poderão

A luta contra a evasão fiscal volta a estar no centro das atenções. O ministro das Finanças e do Planeamento, João Serra, já ordenou aos serviços centrais sob sua dependência para cobrarem as dívidas de IUR acumuladas de 1995 a 2003 e estimadas em mais de 3 milhões de contos. Serra quer ainda zerar os 600 mil contos de liquidação adicional de 1999, montante em défice quando confrontado o lucro fiscal declarado pelos contribuintes e o confirmado pela inspeção tributária. A medida visa reduzir o número de processos de execução fiscal em curso em todas as repartições concelhias e regularizar a situação dos devedores, a maioria dos quais empresas públicas e privadas.

O despacho n.º 32/2005 do ministro João Serra, datado de 29 de Março, visa regularizar as dívidas fiscais e reduzir o número de processos de execução fiscal, existentes nas várias repartições concelhias das Finanças. O MFP já emitiu orientações no sentido de notificar os contribuintes, na sua maioria empresas públicas e privadas, para o pagamento das dívidas de IUR acumuladas desde 1995 a 2003, bem como as resultantes da liquidação adicional, calculada a partir da diferença entre o lucro fiscal inicialmente fixado pelas Repartições das Finanças e o valor final confirmado pela Inspeção Tributária.

Técnicos das finanças envolvidos no processo garantem que as quantias acumuladas de Imposto Único sobre o Rendimento, ou seja, das dívidas sujeitas a execução fiscal, estão estimadas em 3.015.843 contos. O montante em causa abrange apenas as dívidas existentes junto das repartições concelhias da Praia, S. Vicente, Sal e Santa Catarina, cobrindo o período que vai de 1993 a 2002. Do referido total por cobrar, as dívidas não prescritas nos três últimos concelhos atingem 1.673.014 contos, isto com referência aos anos de 1995 a 2002. À Repartição da Praia coube a restante dívida de 1.342.820 contos, referente somente aos anos fiscais de 1993 a 1998.

Sobre este particular, o despacho de João Serra estabelece que os devedores, cuja situação económica comprovada não lhes permite solver as dívidas resultantes da liquidação adicional e dos atrasados dentro do prazo legalmente previsto, poderão solicitar o pagamento das mesmas em prestações. "É permitido aos devedores o pagamento, até 24 prestações



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

mensais, (dois anos) de valores em dívida anteriores ao ano de 2003, data da aprovação do Decreto-lei sobre as

custas em processos executivos, sem quaisquer encargos adicionais". Isto, conforme o mesmo documento, nos termos a definir por despacho do titular da pasta das Finanças e do Planeamento, mediante proposta da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

De acordo com a nossa fonte, tais pedidos deverão ser apresentados junto das Repartições de Finanças da área fiscal do contribuinte, no prazo de 15 dias, a contar da data do conhecimento do citado despacho. "O Chefe da Repartição de Finanças junta todas as informações de que disponha sobre o pedido e sobre a situação económica do requerente, pronunciar-se-à sobre a concessão, alteração ou denegação do pedido, submetendo-o, através da DGCI, no prazo de 15 dias após a sua recepção".

Mas a ofensiva do governo no combate à evasão fiscal não fica por aqui. João Serra determina que a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos deve também pronunciar-se sobre as reclamações pendentes dos contribuintes com referência à liquidação adicional do ano económico de 1999, no prazo máximo de 30 dias.

Neste capítulo as dívidas rondam os 600 mil contos, abrangendo 124 contribuintes, a maioria dos quais empresas públicas e privadas dos três principais centros urbanos do país. A maior fatia recai na Repartição de Finanças de S. Vicente, que tem por cobrar 392 mil contos de 46 instituições, representando 65% do total das dívidas. Os serviços de finanças da Praia vêm logo a seguir, com um montante de 30 mil contos a arrecadar junto de 57 entidades, o correspondente a 30% da totalidade das dívidas referidas. Com melhor desempenho está a Repartição do Sal, que tem 30 mil contos por arrecadar, relativo a 17 contribuintes.

O despacho do MFP fez questão de realçar que tais processos ocorrem em circunstâncias excepcionais e que não pretende criar situações de constrangimentos financeiros aos contribuintes. Daí, conclui a mesma fonte, a autorização de um regime de pagamento tanto das dívidas do IUR acumuladas por prestações quanto das resultantes da liquidação adicional de uma forma suave para o devedor.

Alírio Dias de Pina



FOCS CONTAINER SERVICE LTD. Felixstowe

CABO MUNDO SHIPPING LINE
Transportes Marítimos, S. A.Rua Álvaro Castelões, 821 - 4º - sala 4 - 3
] 4450-043 Matosinhos
Telefone + 351 229364100 . Fax + 351 229364109

PORTOS / NAVIOS	"TERRY DOS" 25/12	"JESSICA 25/13"	"TERRY DOS" 25/14	"TERRY TRES" 25/15
ROTTERDAM / ANTUERPIA / FELIXSTOWE / FORTALEZA / MACEIÓ				
SANTOS				17 MAIO
FORTALEZA		27 ABRIL		26 MAIO
LEIXÕES	27 ABRIL		07 MAIO	
LISBOA	28 ABRIL		09 MAIO	
LAS PALMAS	02 MAIO		12 MAIO	
S. VICENTE	05 MAIO	08 MAIO	16 MAIO	7 JUNHO
PRAIA	06 MAIO	05 MAIO	17 MAIO	3 JUNHO
SAL	07 MAIO		19 MAIO	
LEIXÕES	---	14 MAIO	26 MAIO	10 JUNHO

FEEDER PARA LAS PALMAS NOS NAVIOS DA "FRED OLSEN CANARIAS LINE", ABAIXO INDICADOS

OPDR LAS PALMAS

ROTTERDÃO 04 MAIO

LAS PALMAS 11 MAIO

FOCS TENERIFE

ROTTERDÃO 11 MAIO

LAS PALMAS 18 MAIO

OPDR CADIZ

ROTTERDÃO 18 MAIO

LAS PALMAS 25 MAIO

Roterdão: D. Burguer & Zoon
Tel. 31 - 105062548
Fax: 31 - 105062731Lisboa: Ninfetrans-Ida
Tel: 351-21-3942470
Fax: 351-21-3971067Leixões: Ninfetrans-Ida
Tel: 351-229397960
Fax: 351-229397969LAS PALMAS: MENAMAR ATLÂNTICO
Tel: 34 - 928471047
Fax 34 - 928467901ANTWERP
Tel: 32-32053100
Fax 32-32053291

PRAIA - C.P. 120 Rua Cândido dos Reis, R/C 6 - A Tel. 00238 2617224/2615223 - Fax: 00238 614132 E-mail polarp@cvtelecom.cv Praia Cabo Verde - Engº Franklin
S. VICENTE - C.P. 193 - Rua da Moeda Tel. 00238 2318575/2315641 - Fax: 00238 2315642 - E-mail polarsv@cvtelecom.cv S. Vicente Cabo Verde - Comte. Viula
SAL - C.P. 79 - Palmeira Tel. 00238 2414245/Fax 2411345 E-mail polarsal@cvtelecom.cv Sal Cabo Verde - Cmte Viula

"UMA NOVA LINHA NA DEFESA DO IMPORTADOR NACIONAL"

Complexo Atlântico arranca em Junho



Arrancam no próximo mês as obras para a construção do Complexo Atlântico, nova infra-estrutura que irá albergar a sede da Caixa Económica de Cabo Verde, dois blocos de apartamentos, e um centro comercial. Estrategicamente localizado, em frente ao Palácio do Governo, Várzea, o complexo é a primeira unidade de referência a encorpar a tão propalada praça financeira do país.

No centro da capital e a 200 metros da praia da Gambôa vai erguer-se, dentro em breve, o Complexo Atlântico. A estrutura, cuja primeira pedra vai ser lançada em Junho, tem capital 100 % privado e é um projecto concebido dentro da estratégia de re-

qualificação da orla marítima da Praia, e do distrito financeiro.

Este empreendimento, que irá dar uma "outra pinta" à capital do país, está orçado em cerca de 2 milhões de contos e é propriedade da recém-criada Sociedade de Gestão de Investimento, Sogei, pertença de um grupo de cabo-verdianos que se juntam a um empresário luso nessa empreitada.

De acordo com a gerente-executiva da Sogei, Helena Delgado, além da sede da CECV e do centro comercial, cujo projecto ainda não foi concluído, fazem parte desta estrutura o Edifício Santa Maria, de qualidade superior, com 42 apartamentos do tipo T3. E o Edifício Águia com 13 apartamentos duplex de alto standing, todos com três quartos.

Helena Delgado explica que "o Complexo Atlântico é um condomínio aberto com jardins que unem os dois edifícios a um centro comercial e à nova sede da Caixa Económica de Cabo Verde, integrando moradias, negócios, lazer e todas as conveniências da vida moderna num mesmo local".

E se as obras para os dois blocos de apartamentos começam já agora em Junho e têm um prazo de duração de 18 meses, a sede da CECV só deverá começar no final do ano. O referido edifício terá cinco pisos, mais cave, que, além de albergarem os serviços administrativos desse banco, disporá de um balcão moderno de atendimento ao público. O projecto da CECV deverá terminar em 2007. **PM**

INPS contrata consultora em Odontologia



O Instituto Nacional de Previdência Social reúne-se hoje, 13, com os estomatologistas de Santiago para comunicar-lhes a sua pretensão de contratar uma consultora nacional em odontologia que vai capacitar e sensibilizar os profissionais da área na interpretação de odontogramas e análises dos tratamentos odontológicos. Carla Duarte, a consultora em questão, vai também apoiar o INPS a definir as regras para o acesso e realização de tratamentos odontológicos. Regras, que deverão ser cumpridas tanto pelos utentes como pelos prestadores desse serviço.

O INPS quer melhorar o seu funcionamento interno em todos os aspectos. E para começar vai contratar os serviços de consultoria da médica Carla Duarte, que durante os próximos seis meses vai formar o pessoal do instituto e colaborar na elaboração dos termos de contrato com os estomatologistas. É uma medida ditada pela situação vigente em que, não obstante a participação dos utentes, os tratamentos odontológicos continuam exageradamente elevados.

Dados da Previdência apontam que no período de Outubro de 2004 a Fevereiro de 2005, o encargo com os tratamentos dentários rondou os 51.458 contos, o que representa, por um lado, cerca de 34% do montante suportado pelo instituto em 2004, e,

por outro, 52% do valor da compensação efectuada ao Ministério da Saúde por serviços por este prestados, a nível nacional e em todas as especialidades, aos beneficiários do INPS.

Segundo o INPS estas despesas verificam-se nos três centros de custos: São Vicente e Zona Norte continuam com maior representatividade, cerca de 51%, seguido de Santiago e Zona Sul e Sal com 40% e 9%, respectivamente.

No mesmo período, os custos com próteses dentárias situaram-se em 7587 contos, o que em termos percentuais representa 33% do valor suportado pelo INPS em 2004. Os dados acima apresentados apontam para despesas mensais de 10.300 contos em tratamento dentário e 1.517 contos em próteses, no período de Outubro de 2004 a Fevereiro de 2005.

Assim, além de reduzir essas despesas, o INPS quer melhorar a prestação de serviços aos beneficiários, garantir maior responsabilização dos prestadores de serviços na realização dos tratamentos dentários bem como prevenir e controlar fraudes no acesso aos cuidados de estomatologia, que se sabe existem de forma acentuada. **PM**

PORTO NOVO

FRETE "exagerado"

Alguns comerciantes do Porto Novo reclamam dos preços cobrados pela agência do navio Mar d'Canal para transportar pequenas embalagens no trajecto entre São Vicente e aquele concelho de Santo Antão. Segundo eles, a referida agência aplica o dobro do tarifário praticado por outro navio que faz o mesmo percurso, daí pedirem uma reformulação da tabela.

Bento Gomes indica que a agência Mar d'Canal cobra 100\$00 por um volume, por mais pequeno que seja, e desta forma os lojistas que não têm viaturas ficam impedidos de transportar as suas cargas naquele navio. "Compro uma caixa de óleo por 948\$00 em São Vicente, pago 100\$00 só em frete naquele navio e vendô-a no Porto Novo por 1060\$00. Isso significa que, contabilizando outras despesas, não terei nenhum lucro", exemplifica aquele comerciante no Porto Novo.

Em termos comparativos, a fonte deste jornal assevera que o outro navio que faz a ligação entre São Vicente e Porto Novo cobra 30\$00 a 40\$00 para pequenas embalagens. Ou seja, em vez de pagar 100\$00 por cada pacote no Mar d'Canal, o lojista desembolsa menos de metade do preço no outro barco.

Tendo em vista esse preço da concorrência, os pequenos comerciantes pedem que a agência do Mar d'Canal reveja a tabela aplicada para não prejudicar quem não tem possibilidade de transportar a carga em viaturas próprias. Pois, o barco concorrente só faz a viagem uma vez por dia e não dá ao comerciante a hipótese de sair de manhã do Porto Novo e voltar à tarde com as suas compras.

Em resposta, o responsável da agência Mar d'Canal afirma que o navio é projectado para transportar viaturas carregadas e não "carga solta". "Além do mais, existe a possibilidade das pessoas levarem a sua carga no outro navio. Se não houvesse essa hipótese, facilitaríamos a vida a essas pessoas", garante o empresário canariense, Alex.

Outrossim, aquele operador reitera que a sua agência cobra mais exactamente porque não quer fazer uma concorrência desleal ao outro barco, que tem menor capacidade de carga. "Se cobrássemos a mesma tarifa, carregariamos quase toda a carga porque temos maior capacidade. Só que isso não nos interessa, pois desejamos que o 'Ribeira de Paul' esteja no mercado para garantir alguns postos de trabalho", explicita.

Entretanto, Alex assegura que a sua empresa baixou para dois mil escudos o frete de viaturas de médio porte para permitir que pequenos comerciantes transportem as suas cargas em carros alugados. Sendo assim, podem levar o número de volumes que couberem na viatura, pagando sempre o mesmo preço: dois mil escudos. Daí os pequenos comerciantes puderem se associar e transportar toda a carga que tiverem numa só viatura alugada.

Seja como for, há quem defenda também que a Enapor deve baixar as tarifas aplicadas a certos volumes para facilitar a vida àqueles que fazem do pequeno comércio o seu meio de vida.

JAM





Farol das Ilh

SEDE: Telefone: (238) 2324414 / 2324515 • Fax: (238) 2324337 / 2322170 • Email: enapor@mail.cvtelecom.cv — PORTO GRANDE: Telefone: (238) 2324414 / 2324515



Construído em 1962, o Porto Grande do Mindelo foi modernizado e expandido em 1997, dispondo de um novo molhe de atracação que permite dar uma resposta mais eficiente. Em 2005, a grande novidade é a concretização de uma nova plataforma que envolverá uma média de 6 navios por quinze dias.

Plataforma Internacional de Transbordo já!

- O que nos pode dizer sobre a missão do Porto Grande e a visão que tem deste porto?

- A missão do Porto Grande é garantir a entrega de um serviço portuário de passagem de mercadorias, navios e pessoas em condições de segurança e qualidade, promovendo ao mesmo tempo uma viva interacção entre o porto e a cidade. O PG será, em termos da declarada visão, um modelo de eficiência que coloca os clientes em primeiro lugar. Profissionais especializados e motivados serão conhecidos pela sua prestação de qualidade e valor em todas as áreas de serviço. Seremos uma plataforma para a actividade económica vital em S. Vicente, colaborando com todos os agentes económicos de forma a fazer da cidade do Mindelo uma comunidade mais próspera.

O Porto Grande ocupa a primeira posição, no sistema portuário nacional, nos seguintes domínios: navios, passageiros, combustível, pesca e cruzeiro. Está em segundo lugar a nível da movimentação de mercadorias, representando 36% do tráfego total.

- Como é que perspectiva a relação entre o PG e Mindelo, esta enquanto cidade portuária moderna?

- A orla marítima e a zona terrestre sob a jurisdição do PG, serão sujeitas a uma profunda transformação arquitectónica, capaz de tornar o litoral da cidade do Mindelo ainda

mais aprazível e atractivo. Em termos gerais, os objectivos do referido plano são: a melhoria da eficiência das operações portuárias, a rentabilização da área de jurisdição da Autoridade Portuária, a segurança no âmbito do ISPS - Code, a melhoria da articulação porto-cidade, a valorização dos espaços de interface urbano-portuário e a salvaguarda de áreas para futura expansão do porto. No conjunto dos projectos, destacam-se a construção de um terminal de cruzeiros, uma torre VTS para o controlo do tráfego, a construção do acesso norte, parques de estacionamento, construção do CFS e instalação de um scanner de mercadorias, a demolição do muro da Avenida Marginal, edificação de restaurantes e lojas para o desenvolvimento de actividades comerciais e de lazer.

- E em termos do Marketing portuário?

- Para a competitividade portuária, o negócio portuário aliado à qualidade do porto e dos agentes que operam navios e cargas, passaram a ser assumidos em conjunto, tendo em conta o desempenho final do serviço prestado ao cliente.

O porto definiu uma estratégia de marketing clara e ambiciosa, trabalhando mercados internacionais identificados como aqueles que está em condições de conquistar. Longe ficou o tempo em que se vivia daquilo que apenas se recebia. Hoje temos estratégia, sabe-

mos o que queremos e como conquistá-lo. As nossas apostas de exploração comercial passam pelos segmentos de mercado de Transshipment, do tráfego de navios de pesca e do movimento de navios-cruzeiros. Assumiu-se, decididamente e de forma clara, a vocação

do Porto Grande no quadro da competição internacional, tendo por base o mercado a servir e o interesse do país.

- Mas o PG está também à espera dos Cruzeiros do Atlântico?

- Cabo Verde está prestes a pertencer à

Dados relevantes do projecto que inclui 3 fases

	1ª fase	2ª fase
Custo de Infra-estruturas	\$128.838.000	\$4...
Custo de Equipamentos	\$19.140.000	\$2...
Nº de Movimentos (tons)	150.000	
Proveitos	\$13.500.000	\$3...
Extensão do terminal (m)	610	
Calado	-17	
Parque Contentores (hect)	17	